

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

243

INSCRIÇÕES 834-835



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2023

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Todos os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação

Toda a colaboração deve ser dirigida a:
fe.revista@uc.pt

Ficheiro Epigráfico | Instituto de Arqueologia | Palácio de Sub-Ripas
Rua de Sub-Ripas 3000-395 COIMBRA | PORTUGAL

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



UMA INSCRIÇÃO DO IMPERADOR AUGUSTO EM VISEU

No quadro do acompanhamento dos trabalhos realizados pela empresa Inloco, Arqueologia, sob coordenação de Adelaide Pinto e Ricardo Gaidão, no âmbito das obras de reabilitação da Sé de Viseu, promovidas pela Direção Regional de Cultura do Centro, identificou-se, em Outubro de 2022, parte de uma inscrição romana, reaproveitada no cunhal de uma das torres que integra o complexo, conhecida na toponímia local como torre do “Aljube”, devido à função que desempenhou durante vários séculos (FIG. 1).

A sua localização, arquitectura e algumas referências documentais parecem indicar que se trata de uma torre de menagem, que integraria o castelo de Viseu, fortificação cuja primeira referência documental remonta a inícios do séc. XII¹.

O aproveitamento da inscrição em causa no edifício é explicado pela presença do fórum romano na área actualmente ocupada pelo complexo da Sé, cujos edifícios, construídos ao longo dos séculos, utilizaram as ruínas romanas como alicerces e fonte de materiais de construção².

¹ ALVES, Carlos, «Evolução da Catedral de Viseu – da época medieval à época moderna», in *Do Império ao Reino : Viseu e o Território (séculos IV a XII)*, Câmara Municipal de Viseu, 2018, p. 138-140; RIBEIRO, Orlando, «Ainda em torno das origens de Viseu», *Beira Alta* 30/4, 1971, p. 437-443.

² AGUDO, María de los Ángeles Utrero, «Análisis arqueológico de la Varanda dos Conégos, Sé de Viseu, Portugal», *Excavaciones en el Exterior 2011. Informes y Trabajos* 9. Ministerio de Educación y Cultura (España), p. 585-603;

O achado verificou-se durante as operações de remoção dos revestimentos contemporâneos, à base de cimento, que revestiam o interior do edifício. O bloco foi reutilizado no cunhal sudeste da antiga torre medieval, junto ao tecto do piso n.º 1 (coordenadas: WGS84. 40° 39' 34.78" N; 7° 54' 41.42" W; 489.24 m).

A epígrafe foi truncada, provavelmente durante a sua aplicação no aparelho construtivo, tendo-se perdido mais de metade do lado direito (considerando o sentido da leitura) – FIG. 2. Mais recentemente, durante a instalação de um tecto falso, foi aberto um pequeno orifício na metade sobrevivente, que conduziu à destruição de parte da última linha.

A superfície da inscrição encontrava-se bastante erodida, dificultando uma leitura tradicional com recurso a luz rasante. Por este motivo, para além do registo fotográfico tradicional, tornou-se necessário proceder a um registo fotográfico de pormenor, com vista à criação de um modelo fotogramétrico que facilitasse a sua leitura. Para o efeito foi criado um modelo tridimensional, com elevada densidade, tendo o mesmo sido convertido num mapa hipsométrico de alturas relativas. Através de software foi possível identificar o texto, isolando os pontos que pertenciam à inscrição e realçar pormenores com recurso a filtros apropriados.³

Atendendo à sua importância, de imediato consciencializada, procedeu-se à desobstrução da totalidade do fragmento, de modo a poder ser feito o seu estudo. O edifício é propriedade da Diocese de Viseu e as obras visam converter o imóvel numa área de exposições temporárias. O dono de obra, representado pela Dra. Fátima Eusébio (responsável do Museu da Sé), foi o primeiro a

CARVALHO, Pedro C.; CARVALHO, Pedro Sobral de e PERPÉTUO, João, «A cidade romana de Viseu e os seus principais espaços públicos», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 23.1, 2020, p. 101-120.

³ O modelo tridimensional foi criado com o software 3DF Zephyr Free, a partir de 41 fotografias tiradas com uma SONY DSC-W100 (JPG, 3264 X 2448 pixéis). Posteriormente foi processado com o software CloudCompare, realçando o texto com os plugins: *PCV / ShadeVis*, *EDL Shader*, *SSAO Shader*. Cf.: PIRES, Hugo; RUBIO, José Martínez; ARANA, Artzai Elorza. «Techniques for revealing 3D hidden archeological features: morphological residual models as virtual-polynomial texture maps», *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, 6, 2015, p. 415-421.

incentivar a desobstrução da epígrafe, no âmbito do processo de valorização do edifício. E é provável que a peça fique in situ, sendo limpa e colocada em evidência através de iluminação apropriada.

Realce-se, desde já, a pronta colaboração de todos os intervenientes nas diligências necessárias para melhor se compreender o significado do monumento – o que mui penhoradamente se agradece.

Não é esta a primeira inscrição romana aproveitada como elemento de construção na torre. De facto, Manuel Botelho Ribeiro Pereira dá conta do seguinte: «Da parte do oriente da cidade há um lugar que chamam Vizo, o alto do Vizo, que está agora todo ocupado de vinhas, há um letreiro na torre de menagem»⁴. Hübner copia essa epígrafe (CIL II 406 e p. 695), com uma versão mais verosímil, que tem sido adoptada: *Frontoni Pelli / Flaccus frater c(uravit)*. A inscrição levou descaminho, pois Pinho Leal já a não encontrou⁵.

Dimensões do fragmento epigrafado: 38,63 x 64,16 x (5,4) (espessura visível).

À primeira vista, seríamos levados a crer que os reutilizadores do bloco respeitaram a inscrição (há sempre aquele receio de se tratar de algo místico, inviolável...) e que, por isso, as três linhas seriam as únicas da epígrafe.

Desconhece-se a forma original do *terminus augustalis* de Peroviseu, que, datado de 4 ou 5 d. C., aparenta ser contemporâneo deste letreiro de Viseu. Caso quem o copiou – como é natural – tenha querido reproduzir o original paralelepípedo (as dimensões

⁴ *Dialogos Morais, Historicos e Politicos sobre a Fundação da Cidade de Viseu e Seus Bispos...*, Viseu, 1630, f. 73 (do manuscrito da BNP). O original deste manuscrito perdeu-se, não sem, antes, em 1747, José Freire de Montearroyo Mascarenhas, redactor da *Gazeta de Lisboa*, ter diligenciado em que dele se fizesse uma cópia. Pode ser consultada na Biblioteca Nacional de Portugal: <https://purl.pt/37915/2/>. Também foi editado, em 1955, pela Junta de Província da Beira Alta.

⁵ LEAL, A. S. A. B. de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biografico e etymologico de todas as cidades e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, Lisboa, 1890, p. 1706.

são 46 x 141 x 21) torna-se evidente a semelhança entre as duas pedras e, assim, aí, haveria 5 linhas.

Os dois *termini* também da época de Augusto – um datado do ano 2 e outro do ano 6 – que, na região de Salamanca, delimitaram os territórios de *Bletisa*, *Mirobriga* e *Salmantica*, estão ambos metidos em paredes, CIL II 858 foi restaurado, como consta da inscrição que lhe está anexa, CIL II 859 encontra-se muito sumido. Ambos têm cinco linhas também.

Por conseguinte, atendendo a estas verosímeis semelhanças, afigura-se-nos credível estarmos perante um *terminus augustalis*, cuja inscrição incluiria, portanto, mais duas linhas, onde estaria a informação *terminus augustalis inter... et...* Valida-se, desta forma, a reconstituição do nome e dos títulos imperiais em nominativo, ainda que não seja impossível a opção pelo ablativo, a indicar a circunstância cronológica, «sendo imperador...».

Ver aqui um *terminus augustalis*, com mais duas linhas, constitui, pois, do ponto de vista histórico, deveras aliciante, na medida em que pode demonstrar ter havido uma primeira fase de delimitação de povos nesta área sob o governo de Augusto, que o imperador Cláudio haveria completado.

Seguiu-se claramente um alinhamento do texto à esquerda. Pontuação mediante pontos triangulares. Os caracteres são capitais quadrados: M largo, P aberto, X simétrico, R desenhado a partir do P, B de contornos regulares, A aparentemente sem travessão, salvo no último (linha 3).

Na l. 1, o granito lascou após o A. Na l. 2, a barra horizontal do T está quase imperceptível; e, no final, ‘sente-se’ que a fractura ocorreu ao nível do traço esquerdo do O. Na l. 3, nova lasca profunda saltou, levando consigo parte do O e o S; no final, o A reconstitui-se bem, o que induz a pensar que o título PATER PATRIAE estaria por extenso.

Solicitámos ao Dr. José Luís Madeira que propusesse graficamente a reconstituição do final das três linhas, partindo-se do princípio – é uma hipótese – de que este monumento é contemporâneo do de Peroviseu e que, por tal motivo, o poder tribunicio seria o 27º, o que dataria o *terminus* do ano 4 ou 5 d. C., porquanto Augusto teve esse poder pela 27ª vez entre 1 de Julho do ano 4 e 30 de Junho do ano 5.

A nossa proposta de leitura é, pois, a seguinte (Fig. 3):

IMP(erator) · CAESA[R AVG(ustus) · PONT(ifex)] /
MAX(imus) · TRIB(unicia) · PO[TEST(ate)] [XXIIIIX?] (*septima*
vigesima) / CO(n)[S](ul) · XIII (*terdecies*) · PA[TER · PATRIAE]
/ [TERMINVS · AVGVSTALIS] / ⁵ [INTER ... ET ...]

O imperador César Augusto, pontífice máximo, no poder
tribunício 27º (?), cônsul treze vezes, Pai da Pátria. Término
augustal entre... e ...

Altura das letras: 8,43 cm. Espaços interlineares: 1: 4,84; 2:
2,19; 3: 3,24; 4: 3,03.

Temos, portanto, um documento da maior importância
para a história da cidade de Viseu, a pôr a par, por exemplo, da
descoberta, em Janeiro de 2009,⁶ não muito longe deste local, do
altar fundacional de cidade em que *Albinus Chaereae filius* cumpre,
seguramente em nome de toda a sua gente, o voto à divindade
local, assumida na forma masculina e feminina, assim identificada:
Deiba Borico Deibo Bori(co) Vissaieigo Bo(rico).⁷

RICARDO GAIDÃO

ADELAIDE PINTO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO ⁸

⁶ FERNANDES, Luís S.; CARVALHO, Pedro Sobral; e FIGUEIRA, Nádía (2009),
«Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu», *Palaeohispanica* 9 143-
155.

⁷ Agradecemos à Diocese de Viseu, na pessoa dos seus representantes, Doutora
Fátima Eusébio (Departamento dos Bens Culturais) e Eng.º Mário Peixoto
(Fiscalização), pelo interesse demonstrado na descoberta; e à empresa de
construção AOF – Augusto Oliveira Ferreira, Lda., pelo cuidado no tratamento
do achado, prestado através do Sr. Miguel Monteiro (encarregado de obra) e do
Sr. Armindo Veloso.

⁸ Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.



1



2

834



IMP·CAESAR·AVG·PONT
MAX·TRIB·POTEST XXIIIX
COS·XII·PATER·PATRIAE

EPITÁFIO ROMANO
NA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA CRUZ, ARMAMAR
(*Conventus Scallabitanus*)

Placa epigrafada, de granito de grão fino, encastrada na fachada posterior da capela-mor da Igreja Paroquial de Santa Cruz, na aldeia de Santa Cruz, concelho de Armamar. A fachada é de cantaria de granito, parcialmente em alvenaria de xisto (Fig. 1).

Identificada, a 3 de Novembro de 2022, no âmbito do projecto de levantamento do património arqueológico e arquitectónico do concelho de Armamar, da responsabilidade de José Carlos Santos.

Devido à localização e também ao facto de a inscrição se encontrar pouco legível a olho nu e, ainda, por só agora haver uma ‘consciência epigráfica’ e mais apurados conhecimentos, o monumento passou despercebido aos olhos de todos os autores que já escreveram sobre esta igreja, nomeadamente o prior que respondeu ao inquérito de 1758, que se interessa sobretudo pelo interior, Pinho Leal, Joaquim de Azevedo, Gonçalves da Costa e, mais recentemente, Gonçalves Monteiro e Manuel Marques. Na página do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, acessível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=10636) informa-se que «o actual imóvel» foi

construído no século XVII e, ao descrever-se aí a fachada posterior, apenas se diz: «cega com remate em empena, com cruz assente no vértice»; e dá-se conta de que, em 1998, houve uma «recuperação do exterior».

Sobre os templos que antecederam, no local, a actual Igreja de Santa Cruz, há notícias desde, por exemplo, o século XII, estando os autores atentos sobretudo à menção das entidades de que dependia¹ e para as quais, por isso, deveriam reverter os proventos angariados².

A placa foi cortada dum lado e doutro para se adaptar às dimensões das outras pedras da construção (FIG. 2). O campo epigráfico – que foi rebaixado em relação à moldura – ficou, porém, praticamente intacto, pois apenas a moldura do lado esquerdo desapareceu, uma moldura simples, limitada por filete, que se mantém na parte superior, em baixo e no lado direito.

Dimensões: 105/107 x 31/29 cm.

Campo epigráfico: 64/64,5 x 30/31.

D(is) M(anibus) S(acrum) / FLACILLE / FLACCI
AN(norum) / L · (quinguaginta) MATRI / ⁵ [...]AE[...] ATE[?] / FRATRI SV[O?] / [...]RON / [...] AN(norum) XX
(viginti) / [...] FILIA // ¹⁰ F(aciendum) C(uravit)

Consagrado aos deuses Manes. A Flacila de Flaco, de 50 anos, a mãe; ao seu (?) irmão (...), de 20 anos. (...), a filha, mandou fazer.

¹ Chegou a ser, no 1º quartel do século XVI, da apresentação do Mosteiro de Cárquere (FERNANDES, A. de Almeida – *Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*. Arouca, 1999, p. 13 e 66-67).

² Em 1758, o Vigário Jozé Machado de Payva não se esquece de anotar: «O Parrocho hé vigaro da Apresentação do Reverendo Reytor do Collegio da Companhia de Coimbra e tem corenta mil Reis de Renda». (ANTT, vol. 21, nº 159, pp. 1357-1358).

Altura das letras – l. 1: 5,5/6; l. 2 e 3: 6,5.³

Praticamente todas as letras deviam, na leitura, apresentar-se subpontuadas, na medida em que a leitura padece de muitas dúvidas, atendendo ao enorme desgaste sofrido pela superfície epigrafada no decorrer dos tempos, desde o século XVII, devido à persistente acção dos agentes atmosféricos (FIG.3). Recorremos aos bons serviços de Alexandre Canha, que muito agradecemos, para – com a utilização de filtros sobre as muitas fotografias disparadas dos mais diversos ângulos – se obterem, inclusive, imagens em 3D e outras com diferentes cores, em vista de se alcançar maior definição. Apresentamos dois dos mais consistentes resultados obtidos (FIG. 4 e 5).

É provável que novos processos e procedimentos venham resolver as dúvidas de leitura que ora se nos apresentam. Em todo o caso, afigura-se-nos facilmente defensável o que se logrou ler: à inicial dedicatória aos Manes seguir-se-á a menção de dois defuntos, mãe e irmão da dedicante.

Não nos foi possível, por enquanto, identificar nem a dedicante nem o irmão. A identificação da mãe, no entanto, não nos oferece dúvidas, até porque obedece a um hábito corrente: ela é *Flacilla* e o seu pai *Flaccus*. Igual ‘junção’ se verificou na inscrição achada na Igreja de S. Maria (Monforte), em que Avitus invoca as Ninfas *pro salute Flaccillae Flacci filiae uxoris suae*⁴, e em Fresnadillo (Zamora): *Flacci/lle Fla/cci f(i)liae) an(norum) XXXX*⁵.

Estamos perante um ambiente de indígenas já aculturados, atendendo, por exemplo, à inserção da dedicação aos Manes e à forma como se identificam. A paginação foi cuidada, com a l. 1 a seguir um eixo de simetria e o texto a estender-se regularmente ao longo da placa, que é inusitadamente longa, ainda que a fórmula final já esteja fora do limite do campo

³ Está dificultada a medição das outras linhas, bem como dos espaços interlineares.

⁴ ENCARNÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra, 1984, inscrição n.º 569.

⁵ *Hispania Epigraphica on line*, registo n.º 30 301.

epigráfico. Mas os caracteres, actuários, afigura-se-nos que estão bem delineados, privilegiando a altura. Ou seja, um testemunho de boa assimilação dos hábitos epigráficos romanos.

Ocorre ainda perguntar: qual terá sido o contexto original do monumento? A extensão em altura e o facto de serem lembrados pela irmã a mãe e o irmão sugeririam a inclusão em jazigo de família, sendo o letreiro inserido não sobre a porta mas ao lado, na fachada.

Para atribuir uma datação basear-nos-emos em dois elementos: a presença da consagração aos *Manes* e o modo de identificação à maneira indígena (nome + patronímico): meados do século I d. C. A paleografia não vai contra essa proposta.

JOSÉ CARLOS SANTOS
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO⁶

⁶ Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.



1



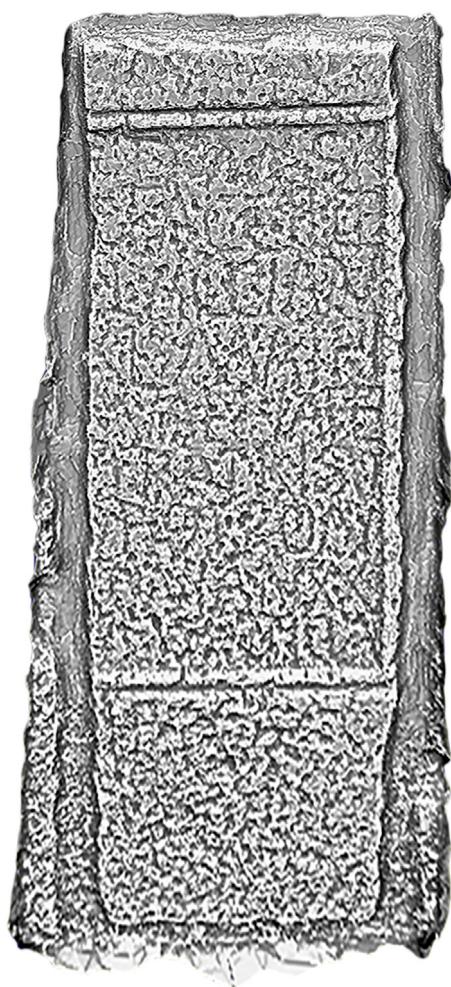
2

835



3

835



4

835